



HOSPITAL PÚBLICO REGIONAL DOS CAETÉS
(CNPJ 23.453.830/0023-85)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)				DEMONSTRAÇÕES DE SUPERÁVIT / (DÉFICIT)							
		Notas	2023	2022			Notas	2023	2022		
ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL						
Circulante					Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.457.690	13.928.108	Fornecedores	8	5.258.304	5.257.867	Receitas Operacionais			
Contas a receber	5	962.115	-	Obrigações trabalhistas	9	3.187.056	2.167.906	(-) Glosas	88.169.963		
Estoques	6	888.716	1.011.678	Obrigações sociais	10	815.131	320.020	Receita Líquida	88.169.963		
Outros créditos		125.001	150.273	Obrigações fiscais		254.021	244.644	Custos			
Contratos de gestão	3m	36.551.013	-	Outras contas a pagar	11	334.974	104.471	Serviços de terceiros	(54.313.943)		
Total do Ativo Circulante		52.984.535	15.090.059	Partes relacionadas	12	171.266	192.076	Pessoal e encargos	(14.758.249)		
Não Circulante					Não Circulante						
Imobilizado - Próprio	7a	31.132	7.619	Contratos de gestão	3m	36.551.013	-	Materiais e medicamentos	(10.639.689)		
Imobilizado - C		-	-	Total do Passivo Circulante		46.571.765	8.286.984	Resultado operacional Líquido	8.458.082		
Contrato de Gestão	7b	5.751.393	5.949.965	Patrimônio Social					Despesas		
Intangível - Contrato de Gestão	7c	88.404	111.415	Receitas diferidas	13	6.582.538	6.649.113	Pessoal e encargos	(3.689.562)		
Total do Ativo não Circulante		5.870.929	6.068.999	Subvenções para investimentos		9.860	9.860	Impostos, taxas e contribuições	(14.442)		
Total do Ativo		58.855.464	21.159.058	Total do Passivo não Circul.		6.592.398	6.658.973	Depreciação/amortização	(746.110)		
					Despesas gerais e admin.					14	(6.038.828)
					Patrimônio Social					Déficit antes do resu. Financ.	(2.030.860)
					Patrimônio social					3k	6.222.709
					Superávit (déficit) acumulado						5.583.023
					Total do Patrimônio Social						5.691.301
					Total do Passivo e Patr. Social						58.855.464
											21.159.058

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.011.119	(334.252)	676.867
Incorporação ao Patrimônio Social	(334.252)	334.252	-
Ajustes Patrimoniais	(46.789)	-	(46.789)
Superávit do Exercício	-	5.583.023	5.583.023
Saldos em 31 de dezembro de 2022	630.078	5.583.023	6.213.101
Incorporação ao Patrimônio Social	5.583.023	(5.583.023)	-
Transferências	9.608	-	9.608
Déficit Exercício	-	(531.408)	(531.408)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.222.709	(531.408)	5.691.301

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS		
	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / (Déficit) do Exerc.	(531.408)	5.583.023
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com o caixa		
Depreciação/Amortização	746.700	214.852
Déficit do Exercício Ajustado	215.292	5.797.875
(Aumento) / Redução do Ativo		
Contas a Receber	(962.115)	-
Estoques	122.962	(327.101)
Outros Créditos	25.272	(112.317)
Aumento / (Redução) do Passivo		
Fornecedores	437	3.379.314
Obrigações Trabalhistas	1.019.150	1.232.956
Obrigações Sociais	495.111	183.472
Obrigações Fiscais	9.377	151.599
Outras Contas a Pagar	230.503	74.783
Receitas Diferidas	(66.575)	6.649.113
Subvenções para Investimentos	-	9.860
Ajustes Patrimoniais	9.608	(46.789)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	1.099.022	16.992.765
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquis. de Ativo Imob. e Intang.	(548.630)	(6.289.633)
Baixa de Ativo Imobilizado e Intang.	-	5.782
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	(548.630)	(6.283.851)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes Relacionadas	(20.810)	90.865
Fluxo de caixa (consumido) / gerado pela atividade de financ.	(20.810)	90.865
Aum. em caixa e equiv. de caixa	529.582	10.799.779
Movim. de caixa e equiv. de caixa		
No início do exercício	13.928.108	3.128.329
No fim do exercício	14.457.690	13.928.108
Aum. em caixa e equiv. de cx	529.582	10.799.779

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. **Objetivos Sociais:** O Hospital Regional Público dos Caetés (HRPC) está localizado na Avenida Barão de Capanema, nº 3191, Bairro - Centro, Capanema/PA, CEP: 68700-000, e faz parte da rede pública do estado do Pará. Todo atendimento é voltado ao SUS, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultados, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. b. **Contrato de Gestão:** Considerando o Contrato de Gestão 2º T.A. nº 005/SESPA/2022 celebrado entre o Instituto Nacional de Saúde de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH e a Secretaria de Estado de Saúde do Pará - SESPAPA para o Gerenciamento, Operacionalização, Execução de Atividades e Serviços de Saúde a serem desenvolvidas no Hospital Regional Público dos Caetés, firmado em 02 de junho de 2023 e vigente até 01 de junho de 2024. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Dec. Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2º: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado".

O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187 /2021. c. **Déficit do Exercício de 2023:** Em 2023 o Hospital arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 531.408 no exercício. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do Hospital em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público para o próximo exercício.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. **Declaração de Conformidade:** Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. **Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 12 de Março de 2024. c. **Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. **Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. **Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. **Imobilizado:** i. **Reconhecimento e Mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. **Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	Taxa Anual de Amortização - %	
Aparelhos Med. e Cir.	Software	20%
Eq. Pedagógicos		
Instrumentos de Cirurgia		
Máquina e Equipamentos		
Móveis e Utensílios		
Móveis e Utensílios Hosp.		
Eq. Informática		
Aparelhos Telefônicos		

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. **Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software.

e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. **Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. i. **Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii. **Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativo atraso na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. **Auração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. **Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. **Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os

ção é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	Taxa Anual de Amortização - %	
Aparelhos Med. e Cir.	Software	20%
Eq. Pedagógicos		
Instrumentos de Cirurgia		
Máquina e Equipamentos		
Móveis e Utensílios		
Móveis e Utensílios Hosp.		
Eq. Informática		
Aparelhos Telefônicos		

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. **Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software.

e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. **Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. i. **Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii. **Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativo atraso na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. **Auração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. **Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. **Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os

Continua...